

O PUNHAL DE MARTINHA: O RIO DE JANEIRO NAS CRÔNICAS DE MACHADO DE ASSIS

Fabio Muruci dos Santos

Em sua obra clássica sobre a vida literária no Brasil no início do século, Brito Broca (1960, p.212) fala em um “processo póstumo de Machado de Assis”. A sentença parece estranha se lembrarmos que Machado foi canonizado pelo meio literário e pela elite de sua época como o nosso mais legítimo clássico, patrono da inteligência brasileira. Até hoje, sua obra é estudada nas escolas secundárias e ele é apresentado nos livros didáticos como, praticamente, o único representante do “realismo” no País, caracterização, aliás, bastante equivocada e recusada pelo próprio autor. Mesmo assim, sua importância é realçada pela singularidade e por ter desafiado a predominância dos românticos. No entanto, o romancista recebeu duras críticas de gerações de comentadores, entre os quais alguns dos maiores nomes das letras brasileiras, como Mário de Andrade e Augusto Meyer.

Ao tratar da representação da vida urbana do Rio de Janeiro em sua obra, devemos começar pela desconstrução de alguns tópicos que se tornaram clássicos na recepção crítica de seus textos. Se nos concentrarmos na crítica literária produzida entre 1880 e 1950, aproximadamente, o tema mais abordado foi o do desinteresse do romancista pela paisagem brasileira. Em seu estudo clássico, *Machado de Assis. Estudo comparativo de literatura brasileira*, de 1897, por exemplo, Silvio Romero acusava Machado de ter-se rendido ao humorismo inglês, desprezando seu principal talento literário, o de observador de costumes. Machado não teria talento para imagens: “Em seus livros [...] falta completamente a paisagem, falham as descrições, as cenas da natureza, tão abundantes em Alencar, e as da história e da vida humana” (Romero, 1936, p.55). A ausência de substância em sua literatura seria resultado da filosofia abstrata que domina seus textos, um romantismo fora de moda e prejudicial às necessidades de dinamismo da nova nação.

Fabio Muruci dos Santos é doutorando em História no IFCS/UFRJ.

O tema já havia sido abordado por Araripe Jr., em artigos publicados na *Gazeta de Notícias*, em 1882. Defensor de uma estética tropicalista para a literatura brasileira, Araripe Jr. (1958, p.295) testemunha o impacto que a leitura de Machado lhe causou, devido à completa ausência da natureza em seus romances “cuja excentricidade punha o meu gosto artístico, o meu chateaubrianismo intransigente, em verdadeiro estado de desespero”. A principal fonte de jovialidade para a literatura brasileira, a exuberância do ambiente tropical, era inteiramente ignorada por Machado. Novamente, o motivo apresentado era a importação de uma filosofia pessimista, característica da Europa burguesa, conservadora e desgastada, mas inaceitável na civilização brasileira, que estaria dando os primeiros passos.

A comparação com José de Alencar foi retomada outras vezes, sendo a mais elaborada a de Gilberto Freyre. Vamos nos deter um pouco sobre o seu argumento. Na introdução a uma edição de 1951 de *O tronco do ipê*, de Alencar, Freyre estabelece uma distinção entre a presença da paisagem na obra do romancista e na de Machado de Assis. Utiliza a abordagem sociológica sobre a presença do patriarcalismo na formação social e cultural brasileira desenvolvida em *Casa-grande & senzala* e *Sobrados e mucambos*, ressaltando que “gênio e obra literária de gênio pedem compreensão, interpretação e avaliação literária” (Freyre, 1987, p.120-121), propõe fazer uma “interpretação não propriamente literária, mas do fenômeno literário alongado do social e do cultural” (p.120). Deste ponto de vista, defende que a influência da sociedade patriarcal atravessa até o texto daqueles que não se consideram simpatizantes dela. Esse seria o caso de Alencar e de Machado de Assis. Alencar enfrentou uma série de insucessos na política, terminando a vida revoltado pelo que considerava a indiferença pública. Teria buscado refúgio na descrição sensual e liberadora de uma natureza plástica e receptiva. Machado, inversamente, buscava fugir do reencontro com suas origens de menino pobre de morro, filho de mestiços. Evitou colocar em seus romances as paisagens das áreas pobres do Rio de Janeiro e a natureza, vivendo no refúgio dos salões refinados e em interiores fechados:

...o “arianismo” aristocraticamente superior a questões de raça em seu esforço de descoloração – descoloração protetora e mistificadora da própria pele – de um Machado [...]: um Machado a fingir-se o tempo inteiro de branco fino; o tempo inteiro a bater janela e a fechar portas contra tôda espécie de paisagem mais crua e mais brasileira, fluminense ou carioca em suas côres vivas; con-

tra todo arvoredado mais indiscretamente tropical que lhe recordasse sua meninice de rua e de morro, sua condição de filho de gente de côr [...] paisagismo agreste e corajosamente tropical no romance de José de Alencar, em contraste com a quase ausência de paisagem, de côr e de trópico em Machado – e na literatura brasileira ninguém mais se fechou às cruezas da paisagem tropical do que Machado, do mesmo modo que ninguém excedeu José de Alencar no gosto e na eloquência de associar ao drama dos homens a exuberância de paisagens brasileiras... (p.122)

Ambos trabalhariam a paisagem utilizando mecanismos de evasão. No entanto, em Machado, evasão é sinônimo de alienação, ainda acrescentada de alguns toques de racismo no esforço de mascaramento de suas origens. Em Alencar, o “paisagismo agreste e corajosamente tropical” é igualmente evasivo, mas, nesse caso, a fuga assumiria um caráter de reforma de costumes, de crítica às convenções de comportamento tanto da sociedade patriarcal quanto das modas européias que afastam o homem do contato vivificante com a natureza, postura com que Freyre claramente simpatiza. Alencar encontraria na natureza tropical um alívio para as frustrações produzidas pela opressão de costumes imposta pela família patriarcal. O romancista cearense transformaria as paisagens luxuriantes em um desafio imaginário, quase uma proposta de reforma social contra os hábitos antinaturais do patriarcalismo rural e do artificialismo urbano “subeuropeu”.

Os hábitos artificiais, no caso da cidade, seriam produto da importação de costumes europeus modernos que atentariam contra a simplicidade do homem rústico, acostumado com o contato da natureza tropical. Procurando realçar os valores do ambiente tropical, o paisagismo reage “contra a descaracterização do Brasil rústicamente agrário sob a excessiva influência da nova Europa burguesa, carbonífera e industrial” (p.126). Além da reação plástica contra o tom cinzento da modernização industrial, o retorno à natureza fornece a retomada de uma saudável simplicidade, “quase um sistema no sentido de resolver o brasileiro as complicações do social, voltando ou regressando, quanto possível, ao natural” (p.125). Como representante dos valores do ruralismo brasileiro, Alencar quase chegaria “a ter alguma coisa de um Thoreau em seu individualismo romântico” (p.123). Mas não se trata de uma fobia ao ambiente urbano. A natureza, nos romances de Alencar, não precisaria restringir-se às terras selvagens. As plantas penetram na habitação urbana através de jardins, e a paisagem esplende nos janelões das varandas

dos sobrados de uma cidade ainda semi-rural. Alencar pareceria um predecessor da moderna arquitetura ambientalista. Essa mescla de urbanismo e natureza propiciaria o rompimento do isolacionismo da cultura senhorial brasileira, sem significar o predomínio hegemônico de influências européias. Machado, europeizado, caminharia em sentido inverso, complicando o social para fugir do natural, identificado como a paisagem de origem e a raça. Daí, a completa ausência de espaços abertos e de natureza em seus romances e o desinteresse pelas causas populares, que levariam ao confronto com o tema da escravidão.

Essas análises levantam muitas questões sobre o lugar da paisagem na elaboração de interpretações sobre a identidade brasileira. Na construção mítica da nação, a predominância da geografia como fator de coesão nacional, diante da incapacidade da política ou da história em fazê-lo, é recorrente nas interpretações do caráter nacional (Luca, 1999). O fosso entre idéias e paisagem, alma e corpo, é uma forma freqüente de denunciar a alienação de elites, sejam quais forem as dominantes no momento, com relação à nação. Machado, incapaz de tocar a paisagem brasileira, seria um típico representante da elite cosmopolita da *belle époque*, pessimista e estetizante. Como sustentou Alceu Amoroso Lima (1941, p.72),

...lhe faltaram aquelas qualidades de espontaneidade e frescura de espírito que unissem profundamente sua alma à alma de seu povo. Seu erro foi passar do humanismo ao humorismo. E uma espécie negadora de humor [...] criou uma obra em que a inteligência se apaixona, mas em que o povo não se revê.

Gostaria de propor uma leitura diferente da relação de Machado com a paisagem do Rio de Janeiro, que recupere o momento histórico em que foi produzida. As crônicas oferecem um acervo documental sobre o assunto que foi ignorado, ou interpretado de forma duvidosa, pelos autores anteriormente citados. Nelas, podemos observar que Machado acompanhou assiduamente a vida social do Rio de Janeiro, na passagem do Império para a República. Contudo, sua concepção de representação urbana destoava muito das expectativas de seus críticos de vertente nacionalista. Essa corrente encara a nação menos como uma criação histórica e cultural, produzida em determinado momento e em certas circunstâncias, e mais como uma substância, confundida com os marcos geográficos e etnográficos, que teria em sua riqueza e exuberância o elemento diferenciador das outras nacionalidades. Central no romantismo, essa fixação no território não teria sido substancialmente superada por

autores das gerações seguintes, tanto aqueles que recusavam a sensibilidade e o idealismo romântico em favor da observação científica – caso de Romero – quanto os que ressaltavam o conceito de cultura no estudo da formação brasileira – como Gilberto Freyre (Lima, 1989).

A resistência e a crítica ao isolacionismo da Corte e à alienação da elite imperial foi feita, por esses autores, dentro de um quadro cognitivo de origem romântica ou, pelo menos, de matrizes interpretativas dela herdadas e, posteriormente, misturadas com idéias evolucionistas, lamarckianas e psicologistas. Daí que o denunciado cosmopolitismo fluminense foi contraposto a traços tradicionais, arcaizantes, idílicos ou dionisíacos, entendidos como forças pujantes da nação, que deveriam determinar sua identidade e validar os sistemas políticos adotados, impedindo a importação dos indesejados. Machado, ao contrário, recusa a existência de uma nação essencial, que precedesse os discursos que a descrevem. Procurou estudar as representações sobre a nação utilizadas nas relações sociais no Rio de Janeiro. O discurso civilizador imperial e republicano procurava inserir a elite urbana na modernidade ocidental através da importação de hábitos elegantes e cosmopolitismo refinado, sem as alterações sociais que acompanham a modernização política. No ambiente urbano, o discurso higienista reformava a cidade, perseguindo costumes populares que não se incluíam nos modelos cosmopolitas. Machado criticava seu anseio por modernidade no mesmo movimento em que demonstrava seus frouxos vínculos com o contexto real do País.

Ao abordar o processo de ordenamento da cidade, ele não deixava de compartilhar alguns dos anseios de saneamento urbano e modernização predominantes na época. Na ocasião da destruição do cortiço Cabeça de Porco (janeiro de 1893), que mobilizou grande quantidade de força policial e participação de civis (Chalhoub, 1996), Machado demonstrou aprovação pelo procedimento enérgico do prefeito Barata Ribeiro: “Tudo pereceu e foi bom que percesse”.¹ Seu comentário, porém, não incluía a defesa da ideologia civilizatória utilizada na política sanitária. Por vários anos, denunciou os efeitos da febre amarela no Rio de Janeiro e considerou a operação necessária para a melhoria da saúde pública. Contudo, sua postura mais freqüente era a crítica às práticas autoritárias e ao uso de discursos cientificistas como instrumentos para a repressão dos costumes populares pela polícia, principalmente na República, defendendo a especificidade do imaginário popular:

Não se diga que a feitiçaria é ilusão das pessoas crédulas. [...] O que chamais ilusão é a imaginação do povo, isto é, o seu próprio

nariz. Como fazeis crime a feitiçaria de o puxar até o fim da rua, se nós podemos puxá-lo até o fim da paróquia, do distrito ou até do mundo?

[...] O código, como não crê na feitiçaria, faz dela um crime, mas quem diz ao código que a feiticeira não é sincera, não crê realmente nas drogas que aplica e bens que espalha? A psicologia do código é curiosa. Para ele, os homens só crêem aquilo que ele mesmo crê; fora dele, não havendo verdade, não há quem creia em outras verdades – como se a verdade fosse uma só e tivesse trocos miúdos para a circulação moral dos homens.²

O trecho se refere à prisão de um grupo de feiticeiras e cartomantes em março de 1893. O cronista observa que, entre objetos de feitiçaria inofensivos, havia uma quantidade razoável de dinheiro e pergunta: “Nestes tempos em que o pão é caro e pequeno, e tudo o mais vai pelo mesmo fio, um ofício que dá quatrocentos e treze mil-réis pode ser considerado um delito? Parece que não”.³ Desde suas primeiras crônicas, Machado usou ironias desse tipo para denunciar a falta de opções de trabalho e crescimento para os pobres livres causada pela destruição do comércio tradicional e pela concentração da classe consumidora nas lojas de produtos estrangeiros, incentivados por modismos. As doceiras de sua infância estariam sendo substituídas por hábitos importados:

...bife cru for ever, tal é a divisa da recente geração [...]. A grande maioria acode às exigências do estômago com o sanduíche, não menos peregrino que o bife cru, e não menos sórdido; ou com o croquete, estrangeirice do mesmo quilate; e a decadência e a morte do doce parecem inevitáveis.⁴

O estilo saudoso desse comentário não deve obscurecer as inúmeras outras passagens em que aborda a prática da falsificação de vinhos e outras atividades criminosas feitas nas margens da sociedade escravocrata urbana. Nesse sentido, é importante ressaltar a postura democrática do autor, disposto a defender os direitos civis, mesmo quando discordava dos atos. Como exemplo, podemos citar a defesa das práticas religiosas contra a perseguição policial. Essa postura foi mantida mesmo no episódio da morte de uma mulher durante uma sessão de espiritismo. Por várias vezes, havia publicado crônicas ironizando o espiritismo como mais uma novidade delirante do século XIX. Mas defendeu o direito dos adeptos quando a polícia decidiu intervir nos templos por causa do crime. Quando as pri-

meiras notícias do aparecimento de profetas como Benta Hora e Antônio Conselheiro no sertão da Bahia, que iriam resultar no episódio de Canudos, chegaram ao Rio, considerou o fenômeno como produto do atraso e barbárie da região, mas colocou-se contra a perseguição dos pregadores pela polícia, argumentando que “a regra é que as doutrinas e as cadeias se não conheçam”.⁵ Sua opinião sobre os costumes e credices tem duas dimensões: de um lado, a defesa do direito de culto e a crítica ao autoritarismo policial e sanitarista; de outro, nutria bastante simpatia por costumes de sua infância, que relembra com nostalgia.

Em defesa das lembranças de sua mocidade, escreveu contra a adoção dos “sinos musicais” nas igrejas da cidade, que considerou mais um modismo que deturpava o sentido verdadeiro das cerimônias religiosas: “...a igreja católica é uma coisa austera [...] os sinos têm uma linguagem secular, uma harmonia única. Não a troquemos por outra, que é despojá-la do seu encanto, é quase mudar a feição do culto”.⁶ Machado demonstrou, em várias de suas crônicas, sentir afeto e prazer com as festas e costumes tradicionais da cidade de sua infância, o que deve ser lembrado contra as interpretações vistas anteriormente, baseadas no tema da fuga das origens:

*...não obstante o ceticismo do tempo, muita e muita dezena de anos há de correr, primeiro que o povo perca os seus antigos amores. Nestas noites abençoadas é que as credices sãs abrem todas as velas. As consultas, as sortes, os ovos guardados em água, e outras sublimes ridicularias, ria-se quem quiser; eu vejo-as com respeito, com simpatia, e se alguma coisa me molesta é por eu não as saber já praticar. Os anos que passam tiram à fé o que há nela pueril, para só lhe deixar o que há de sério; e triste daquele a quem nem isso fica: esse perde o melhor das recordações.*⁷

No dia-a-dia da cidade, os conflitos entre a população pobre e a polícia eram uma característica do Rio de Janeiro. Sendo um dos maiores centros escravistas urbanos do mundo, o Rio era uma cidade particularmente propensa para a adoção de métodos violentos de controle urbano. Após o fim da escravidão, o deslocamento de negros libertos para a cidade e a vinda de imigrantes europeus resultaram em um crescimento demográfico para o qual não havia condições, o que piorou ainda mais as condições de salubridade e habitação. A ação repressiva da polícia, das instituições sanitaristas e a legislação da Câmara Municipal e da Intendência de Polícia visavam mais impor normas e hábitos de comportamento para a população pobre, aceitáveis para a elite urbana, do que a

defesa da cidadania. A posição de Machado sobre a ação policial era democrata e legalista. Ironizou, muitas vezes, as tentativas do poder municipal de intervir nos hábitos populares pacíficos com legislação sobre o carnaval, os fogos de artifício e as cartomantes, considerando-as como desvios da verdadeira função policial e perigos para a democracia:

Levantando a discussão à altura da grande retórica, diria que o pior busca-pé não é o que verdadeiramente busca o pé, mas o que busca a liberdade, a propriedade, o sossego, todos esses pés morais (se assim me pudesse exprimir), que nem sempre sóem caminhar tranquilos na estrada social; diria, enfim, que as girândolas criminosas, não são as que ardem em honra de um santo, mas as que se queimam para glorificação dos grandes crimes.⁸

A repressão aos costumes populares visava a imposição de um padrão civilizatório europeu adequado à imagem que a elite queria ter da Corte e, a seguir, da capital federal. Thomas Holloway mostrou que a legislação policial na cidade fazia uma distinção dos casos de “ofensa à ordem”, ou seja, aqueles que não resultavam em nenhuma agressão pessoal nem dano à propriedade, mas que pareciam contrários ao tipo de paisagem urbana que a elite considerava adequada ao seu padrão de civilidade. Entre esses crimes, estavam incluídos “vadiagem, mendicância, violação do toque de recolher, desacato à autoridade, insulto verbal, desordem em geral e embriaguez pública” (Holloway, 1997, p.25). A repressão, em todos esses casos, que incluía prisões arbitrárias e açoites, podia ser inserida na rubrica de atividades preventivas. O número de prisões por crimes como roubo e assassinato era relativamente reduzido, não só pelo despreparo e falta de recursos da polícia, como porque a maior parte do tempo era gasto em atividades de repressão a festas, agrupamentos e ofensas ao bom gosto, como fazia o major Vidigal, que foi um personagem real, em *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antônio de Almeida. Dessa forma, instituições policiais com perfil moderno, seguindo o modelo de organizações equivalentes na Europa, eram adaptadas para manter relações de hierarquia e exclusão tradicionais no novo cenário urbano, criado pela diminuição do número de escravos. Para a elite urbana, cada vez mais afinada com o gosto e os hábitos europeus, esse procedimento “policiador” permitia o isolamento, mesmo que frágil, necessário para suas atividades, tanto econômicas como culturais. A estabilidade preventiva e a segurança contra a ameaça da desordem nas ruas foram dois dos principais objetivos políticos da elite do Segundo

Reinado e da Primeira República. Tratava-se de construir uma utopia civilizadora do Rio de Janeiro como exemplo de atualidade para o resto do país (Süssekind, 1986).

O fim do entrudo, a festa carnavalesca vinda do período colonial, foi um dos objetivos mais insistentemente procurados pelas autoridades municipais. O costume era atirar limões-de-cheiro com água perfumada em grande quantidade uns nos outros. Para muitos sanitaristas, a festa era um perigo, pois incentivava a tuberculose, que já era epidêmica na cidade. De outro lado, havia acusações de imoralidade, pois, ao ficarem molhados os vestidos das mulheres, os seios tornavam-se visíveis. E, por fim, esse tipo de carnaval, praticado pelos setores populares, foi incluído entre as práticas não civilizadas herdadas da cidade colonial que deviam ser superadas por hábitos mais elegantes. O assunto atraiu a atenção dos principais escritores do período e, através de seus comentários, podemos observar algumas das reações que o contexto urbano do Rio suscitava. Ao acompanhar o debate sobre o assunto, podemos analisar as formas diferentes com que a relação entre a cidade e o campo, e entre a cidade e seu próprio passado, foi pensada nesse período.

A partir da década de 1850, o entrudo passou a ser mais perseguido pela polícia. A repressão foi acompanhada pela criação das primeiras sociedades carnavalescas, que procuraram trazer para o Rio o modelo de carnaval europeu, com máscaras de personagens históricos e desfiles elegantes. Um dos primeiros entusiastas dessa mudança foi José de Alencar (1977, p.124), jovem folhetinista do *Correio Mercantil*:

Creio que são inteiramente infundados alguns receios que há de vermos reviver ainda este ano o jogo grosseiro e indecente de entrudo, que por muito tempo fez as delícias de certa gente. Além das boas disposições do público desta corte, devemos contar que a polícia desenvolverá toda a vigilância e atividade [...] Outrora era um uso arraigado com o tempo, e por conseguinte difícil de extirpar; hoje seria um abuso, que só a negligência poderia deixar que se renovasse.

Em sua série de crônicas, Alencar cobrava das autoridades municipais maior incentivo às atividades culturais e cuidado com as áreas de recreação pública. Os espaços de recreação, como o Passeio Público e o Jockey Club, contribuiriam para a divulgação de modos mais policiados e adequados para a moral familiar. Alencar assume a posição do crítico de uma elite provinciana, apenas superficialmente “policiada”, que não tem

noção da dimensão pública dos hábitos civilizados. Ao mesmo tempo que idolatrava diletantemente as divas do canto lírico italiano, a “boa sociedade” continuava aferrada aos resquícios de hábitos senhoriais “caseiros e preguiçosos, que têm a força de fechar-nos em casa dia e noite” (p.67).

As opiniões desses cronistas sobre os costumes tradicionais do Rio de Janeiro expressam os dilemas da elite letrada para lidar com a urbanização. Isso fica claro nas distinções que os autores estabeleceram entre os diversos tipos de diversão. Para Alencar, as festas mais polidas das sociedades mascaradas eram uma forma de retomar o prazer de festas antigas da tradição popular rural ameaçadas:

A noite de Reis atualmente é apenas a noite das ceias lutas, dos banquetes esplêndidos; de maneira que, a julgar da tradição pelas festas de agora, dir-se-ia que os reis magos eram três formidáveis comilões, que vieram do Oriente unicamente para tomarem um fartão de peixe, de ostras, de maionese e gelatinas [...] seja pelo que for, seja que aquilo que passou exerça sobre a nossa imaginação um prestígio poderoso, o que é verdade é que nossos pais sabiam divertir-se melhor do que nós. (p.120)

Festas como Noite de Reis, Natal, São João e Espírito Santo teriam, no passado, uma marca rural bastante característica e diferentes umas das outras. Nas cidades, ao contrário, tudo estaria resumido à ceia, significando o triunfo do consumismo privado.

Joaquim Manuel de Macedo incluiu o tema do entrudo em um de seus romances, *As mulheres de mantilha*, passado no século XVIII. Diferenciando os diversos tipos de comportamento dentro do entrudo, demonstra certa nostalgia pela forma alegre e quase dionisíaca do antigo carnaval. Macedo (1956, p.27) lamenta a perda dos costumes tradicionais: “Deus nos livre de maldizer da civilização: a civilização é sol; mas o Sol tem manchas; no assunto de que muito de passagem tocamos, a civilização tem *européado* demasiadamente o Brasil”. Como Alencar, Macedo despolutiza o conflito entre instituições públicas e camadas populares, limitando a discussão ao grau de autenticidade e imitação envolvido na ação policiadora dos poderes municipais. Sua conclusão também aprova as vantagens morais de costumes mais polidos:

Não é possível negá-lo: os folguedos do nosso carnaval não são menos perigosos do que o antigo entrudo, no que diz respeito à saúde dos que nêles tomem parte; mas em relação à moral a socieda-

de moralizada ficou menos exposta. O nosso carnaval também facilita mil abusos, mas em regra as vítimas desses abusos não têm muito que perder com eles, e, o que é mais, teve a fortuna de menos áspero, muito mais aparatoso, e dobradamente aprazível, substituir um jogo rude, material e desenvolto. (p.84)

Os dois autores assumem uma posição simpática ao projeto civilizador do Império, abordando o problema do ângulo do esforço moralizador. Mas, para além da moral, há uma dimensão política menos explícita. Ao enfrentarem os efeitos da urbanização, prenunciam os riscos da desordem social e antecipam propostas ordenadoras através do saneamento e do refinamento dos hábitos. Neste ponto, podemos retomar as análises de Gilberto Freyre anteriormente apresentadas e propor uma interpretação um pouco diferente. Para Freyre, a interpenetração entre cidade e natureza proporcionaria uma simbiose libertadora, trazendo para o sufocante isolamento senhorial uma abertura de sensações e experiências. Se nos concentrarmos, agora, sobre a interpenetração entre campo e cidade, em termos de hábitos, perceberemos outro aspecto do tema.

O folclore rural, ordeiro e pitoresco, é retomado como exemplo para o futuro policiamento dos costumes no espaço público. Alencar escreveu suas crônicas no momento em que várias “novidades” parisienses chegavam ao Rio de Janeiro. Foi um dos propagandistas da implantação da iluminação a gás no Passeio Público. Aplaudiu a instalação, na Rua do Ouvidor, de passagens envidraçadas no modelo de Paris, a Galeria Geolas, notando a necessidade de ocupá-la com “indústrias, a fim de que a passagem oferecesse aos compradores toda a comodidade” (Alencar, 1977, p.84). Numa interessante elaboração, Alencar convida os fluminenses a adotar o hábito parisiense da *flânerie* no Passeio Público como saudável antídoto contra o privatismo das diversões familiares de herança senhorial. O *flâneur* de Alencar, porém, tem algumas especificidades. Na Europa, é um personagem ultra-urbano, freqüentador das galerias e fisiólogo das multidões. Já para Alencar, a *flânerie* se confunde com a índole rural, uma vivificante forma de convívio com a natureza e de sociabilidade:

Sabeis o que é a flânerie. É o passeio ao ar livre, feito lenta e vagarosamente, conversando ou cismando, contemplando a beleza natural ou a beleza da arte; variando a cada momento de aspectos e de impressões. O companheiro inseparável do homem quando flana é o charuto; o da senhora é o seu buquê de flores.

O que há de mais encantador e de mais apreciável na flânerie, é que ela não produz unicamente o movimento material, mas também o exercício moral. Tudo no homem passeia: o corpo e a alma, os olhos e a imaginação. Tudo se agita; porém é uma agitação doce e calma, que excita o espírito e a fantasia, e provoca deliciosas emoções

[...] a boa sociedade poderia ir passar alguns instantes numa reunião agradável, num círculo de amigos e conhecidos, sem etiquetas e cerimônias, com toda a liberdade do passeio, e ao mesmo tempo com todo o encanto de uma grande reunião. (p.67-68)

Sem impactos sociais de qualquer espécie, nem os “saltos e sobressaltos” da urbe de Baudelaire, o ato de “flanar” aparece como tônico moral e forma de sociabilidade ordeira. Apesar das novas galerias, o Passeio Público, semicampestre, deveria ser o lugar ideal para a *flânerie* fluminense. A placidez dos costumes rurais, trazidos para a cidade, fornece um filtro contra a desordem explosiva do carnaval popular. Para que esse filtro funcionasse, seria necessária a intervenção ativa dos poderes públicos nos costumes da cidade.

Vinte anos depois, a Câmara Municipal e a polícia continuavam tendo dificuldades para alcançar esses objetivos, suscitando a ironia de Machado. Seu comentário recupera a dimensão política envolvida no conflito:

Sabe o leitor o que lhe trago aqui? Uma pérola. Não acredita? [...] Todos os anos, em se aproximando o entrudo, a Câmara manda correr um edital que o proíbe, citando a postura e apontando as penas [...] Este ano a Câmara fez saber duas coisas: primeiro, que a postura está em seus inteiro vigor; segundo, que deve ser cumprida literalmente. Sim, meu senhor, literalmente; deve ser cumprida literalmente. [...]

[...] Vou restituí-la à matrona municipal. Ela a porá ao colo, nos três dias de entrudo, para assistir ao baile de limões-de-cheiro, que promete ser esplêndido, tão esplêndido que ela acabará por dançar com os outros.

Se assim acontecer, que fará a Câmara nos anos seguintes? Terá de recorrer a outros advérbios, ferrenhamente, implacavelmente, terrivelmente, e sempre inutilmente, porque nestas coisas, amiga minha, - ou se trata de um recreio popular, e é preciso fazer como aquele chefe de polícia, que o trocou por outro; - ou se trata de eleições, e

então, antes de dar um advérbio à execução das leis, é melhor dar-nos o sentimento da legalidade, que está muito por baixo. E depois, pode ser que o povo imagine que o direito de fazer entrudo, como o de expor ossos de defunto nas vitrinas, é constitucional. Se assim for, creia a Câmara que ele há de defendê-lo, a todo custo, considerando que, se hoje lhe tirasse o de jogar água, amanhã pode tirar-lhe o de profanar ossos nas vitrinas da Rua do Ouvidor. Premissa traz consequência; liberdade morta, liberdade moribunda. Ou mais derramadamente: as liberdades dependem tanto umas das outras, que o dia da morte de uma é a véspera da morte de outra.⁹

A historiografia recente tem demonstrado que a história da luta entre a população da cidade e as instituições modernizadoras e policiadoras já tinha uma longa trajetória antes mesmo da reforma Pereira Passos. Machado percebia que a ação policial era mais voltada para o controle das camadas populares, através da repressão aos seus lugares de reunião e práticas tradicionais, do que para o combate de crimes reais, quando cometidos contra os pobres, e fazia gozação com essas tentativas, porque jamais tinham sido realmente postas em prática até então: “A pobre postura, que já se vê com a idéia de ver-se executada, suspira; mas, não podendo nada, contra os infratores, recolhe-se ao arquivo, onde outras posturas, suas irmãs, dormem o sono da incredulidade”.¹⁰ Seus ataques contra a repressão dos costumes quase sempre eram voltados para a defesa dos direitos de expressão, culto e locomoção. A defesa da necessidade da polícia é feita com tom muito irônico: “Não se deve dizer mal da polícia. Ela pode não ser boa, pode não ter sagacidade, nem habilidade, nem método, nem pessoal; mas, com tudo isso, ou sem tudo isso, é instituição necessária. Os tempos vão suprindo as lacunas, emendando os defeitos”.¹¹ Machado tinha muita preocupação com a precariedade da segurança na cidade atravessada por capoeiras,¹² mas, necessária ou não, passou toda a vida satirizando a polícia como ineficaz e autoritária.

A organização social da cidade contribuía para o estado permanente de conflito entre a população e as instituições públicas. As posturas que não eram cumpridas, citadas por Machado, são apenas um dos exemplos das dificuldades de estabelecimento de um padrão regulador para a vida urbana na cidade. As instituições de administração municipal eram mal aparelhadas e atravessaram todo o período monárquico em conflito sobre a área de jurisdição de cada uma. As constantes levadas de ex-escravos e imigrantes que entraram na cidade após 1888 dificultavam o reconheci-

mento de comportamentos previsíveis ou redes de sociabilidade estáveis que pudessem ser utilizadas como base para o mapeamento social. Como aponta Marcos Bretas (1997, p.72-73), a cidade não apresentava distinções claras entre mundos sociais isolados, pois as atividades que caracterizaram sua economia dependiam intensamente da infiltração entre as camadas sociais. É o caso dos criados domésticos, que constituíam boa parte da mão-de-obra feminina, e uma porcentagem considerável da masculina, e que transitavam entre o interior das casas dos patrões e a rua, onde realizavam serviços complementares (Graham, 1995). Os inúmeros biscateiros que viviam de serviços ocasionais e vendas dependiam do espaço público como mercado principal para seu trabalho e se expunham nos espaços *chics*. Mesmo o núcleo da vida comercial elegante da cidade, a Rua do Ouvidor, verificava a presença permanente dos ambulantes em torno dos transeuntes (Bretas, 1997, p.72-73). Machado fornece uma curiosa sugestão sobre as personagens que circulavam nessa área:

Ontem, querendo ir pela Rua da Candelária, entre as da Alfândega e Sabão (velho estilo), não me foi possível passar, tal era a multidão de gente. Cuidei que havia briga, e eu gosto de ver brigas; mas não era. A massa de gente tomava a rua, de uma banda a outra, mas não se mexia; não tinha a ondulação natural dos cachações. Procissão não era; não havia tochas acesas nem sobrepelizes. Sujeito que mostrasse artes de macaco ou vendesse drogas, ao ar livre, com discursos, também não.

[...] – Já sei, é uma seita religiosa que se reúne aqui para meditar sobre as vaidades do mundo, – um troço de budistas...¹³

Diante do fracasso na imposição de um ordenamento estável do poder público sobre a cidade, os agentes de segurança agiam de acordo com o ideário genérico de policiamento dos costumes e de contenção das classes perigosas. A metodologia das operações seguia critérios produzidos nas próprias fricções cotidianas com a resistência popular. Tais procedimentos ampliavam ainda mais a desconfiança generalizada da população pobre sobre as intenções do poder público que está na origem da Revolta da Vacina.

O estado de conflito entre a população pobre e as instituições públicas – policiais e sanitaristas – entre os últimos anos do Império e a Primeira República pode ser entendido como uma luta pela instauração de fronteiras espaciais e simbólicas mais precisas entre os diversos grupos sociais. Margarida de Souza Neves (1994, p.138) denomi-

na esses universos urbanos em conflito como “cidade-capital” e “cidade-noturna”, envolvidas em uma permanente luta de destruição da segunda pela primeira. As fronteiras visuais da cidade – costumes urbanos, ambientes, símbolos – deveriam acompanhar e reforçar os limites sociais. A demolição de cortiços e as reformas urbanas se apresentam como resultado da constatação de que esse objetivo não poderia ser alcançado com as práticas policiais corriqueiras, sendo necessário alterar a própria cidade. Antes que esse ponto fosse alcançado, as escaramuças urbanas caracterizaram o cotidiano do Rio, que atingiu níveis crescentes de violência. Machado observa o processo desde suas origens e procura representar a percepção social da elite, que condiciona esse projeto de delimitação de fronteiras como inerente à mentalidade política que rege as relações sociais no País.

Assumindo um tom sério e sem ambigüidades, o narrador inquiri o *fait divers*, tão ocasional na página do jornal, e questiona os mortos, já que os vivos estão calados:

*Dizem telegramas de S. Paulo que foi ali achado, em certa casa que se demolia, um esqueleto algemado. Não tenho amor a esqueletos; mas este algemado diz-me alguma coisa, e é difícil que eu o mandasse embora, sem três ou quatro perguntas. Talvez ele me contasse uma história grave, longa e naturalmente triste, porque as algemas não são alegres. Alegres eram umas máscaras de lata que vi em pequeno na cara de escravos dados à cachaça; alegres ou grotescas, não sei bem, porque lá se vão muitos anos, e eu era tão criança que não distinguia bem. A verdade é as máscaras faziam rir, mais que as do recente carnaval. O ferro das algemas, sendo mais duro que a lata, a história devia ser mais sombria.*¹⁴

Escrita após a proclamação da República, a passagem sugere, através da lembrança de um episódio de tortura de escravos, sem clareza, por ser memória de menino que não diferenciava entre imagens “alegres ou grotescas”, que as práticas violentas da escravidão parecem ter encontrado um espaço na nova sociedade, marcada pelo início turbulento e repressor dos governos Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Mesmo não apreciando esqueletos, eles estiveram presentes em outras crônicas ligadas ao problema da liberdade e dos direitos civis. Do esqueleto de São Paulo para o outro extremo da escala social, será encontrado um numa vitrina da Rua do Ouvidor, como parte do mostruário de atualidade que caracterizava aquela rua (Macedo, 1988). O caso, em si mes-

mo apenas curioso, da proibição da exposição de um esqueleto na vitrina suscita ao autor um recado para a interferência do arcaísmo representado pela repressão policial:

*Concluo dizendo à autoridade que é um erro abusar do poder; as liberdades vingam-se, e a liberdade de expor não é menos vivaz, e rancorosa. Hoje tiram-nos o direito de expor um par de canelas; amanhã arrancam-nos o de expor as nossas queixas. Não vejam nisso um trocadilho: premissa traz consequência: liberdade morta, liberdade moribunda.*¹⁵

Em um artigo sobre a estrutura do *fait divers*, a notícia curta e sensacionalista sobre crimes e acontecimentos bizarros, Roland Barthes argumenta que este tipo de texto tem um caráter diferente da notícia política, porque esta pressupõe uma história exterior ao acontecimento, uma trajetória que lhe dê sentido. O *fait divers* não tem história nem encontra sentido em nada exterior aos seus poucos enunciados e relações internas. Poucos elementos do enunciado produzem o efeito desejado, quase sempre na ordem do inesperado e dos prodígios. É desnecessário procurar motivações ou traços constantes de personalidade nos protagonistas, pois, quase sempre, eles visam apenas exemplificar um estereótipo. Sua contextualidade é desprezada (Barthes, 1982). Seguindo essas indicações, podemos compreender a forma como Machado absorvia a informação do *fait divers* dos jornais de sua época para contrariar seus mecanismos de distanciamento e exclusão da vida cotidiana das camadas populares. Diante do caso de uma moça, Martinha, que se defendeu de uma tentativa de estupro com um punhal, questiona o motivo pelo qual este episódio deva receber menos atenção do que as tragédias clássicas:

*...em que o punhal de Martinha é inferior ao de Lucrecia? Nem é inferior, mas até certo ponto é superior. Martinha não profere uma frase de Tito Lívio, não vai a João de Barros, alcunhado Tito Lívio português... Não quer sanefas literárias, não ensaia atitudes de tragédia, não faz daqueles gestos oratórios que a história antiga põe nos seus personagens. Não; ela diz simplesmente e incorretamente: "Não se aproxime que eu lhe furo. A palmatória dos gramáticos pode punir esta expressão; não importa, o eu lhe furo traz um valor natal e popular, que vale por todas as belas frases de Lucrecia."*¹⁶

Mas o cronista conclui que Martinha não será lembrada: "Com tudo

isso, arrojo de ação, defesa própria, simplicidade de palavra, Martinha não verá o seu punhal no mesmo feixe de armas que os tempos resguardam da ferrugem [...]. O de Martinha irá rio abaixo do esquecimento”¹⁷. Rompendo a barreira de anonimato e da efemeridade imposta aos acontecimentos da vida dos pobres pelo *fait divers*, Machado aproxima a crônica de fatos miúdos da narrativa histórica dos grandes fatos e grandes homens, na linha dos cronistas da Antiguidade e Idade Média, procurando recuperar a humanidade de personagens reduzidos a objetos de notícia sensacionalista. Esta forma de trabalhar as citações de clássicos é crucial para entender a obra de Machado de Assis e romper com as interpretações tradicionais sobre sua filosofia pessimista. Machado puxa as referências clássicas para o ambiente e vida cotidianos do Rio de Janeiro, e do Brasil, de sua época, não, principalmente, para desenvolver filosofia sobre a condição humana, mas para apresentar os acontecimentos locais como possíveis narrativas, ainda por serem feitas, de significado universal.

A atenção pela veracidade dos acontecimentos escondidos pelo discurso da exclusão é parte intrínseca da mentalidade democrática que organiza a representação social em Machado de Assis. A paisagem está pouco presente se encarada como descrição pitoresca da natureza ou naturalismo social. Mas a cidade está profundamente presente em sua obra como denúncia de uma mentalidade ordenadora que reprime elementos não adaptáveis à sua lógica. Nesse sentido, podemos falar em duas formas de recuperação. Uma, política, questiona o processo autoritário de implantação da modernidade na própria matéria da cidade, destruindo ambientes e referências de seus habitantes sem sua participação. Como aponta Margarida de Souza Neves (1994, p.151), as cidades são lugares de memória tanto pelo que guardam como pelo que apagam. Mas, simultaneamente, há uma recuperação cognitiva que denuncia a narrativa civilizatória que legitima a destruição material, pedindo atenção para as narrativas diferentes. As crônicas machadianas falam do apagamento de trajetórias humanas irregulares produzido pelo discurso da ordem urbana. E a exigência de encontrar espaço para elas na memória histórica.

NOTAS

1. A Semana - 29/1/1893 (Assis, 1992, p.567).
2. A Semana - 10/3/1895 (Assis, 1992, p.647).
3. A Semana - 10/3/1895 (Assis, 1992, p.646).
4. Notas Semanais - 2/6/1878 (Assis, 1992, p.377).

5. A Semana - 13/9/1896” (Assis, 1992, p.731).
6. História de 15 Dias - 1/1/1877 (Assis, 1992, p.354).
7. Notas Semanais - 16/6/1878 (Assis, 1992, p.379).
8. Notas Semanais - 16/6/1878 (Assis, 1992, p.380).
9. Balas de Estalo - 30/1/1885 (Assis, 1992, p.438-439).
10. História de 15 Dias - 15/6/1877 (Assis, 1992, p.369).
11. A Semana - 20/12/1896 (Assis, 1992, p.750).
12. Balas de Estalo - 14/3/1885 (Assis, 1992, p.442-444).
13. A Semana - 18/12/1892 (Assis, 1992, p.561).
14. A Semana - 26/6/1892 (Assis, 1992, p.538).
15. Balas de Estalo - 26/1/1885 (Assis, 1992, p.438).
16. A Semana - 5/8/1894 (Assis, 1992, p.616).
17. A Semana - 5/8/1894 (Assis, 1992, p.616).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALENCAR, José de. Ao correr da pena. In: *Teatro completo 1*. Rio de Janeiro: Serviço Nacional de Teatro, 1977.
- ARARIPE JR. Quincas Borba. In: *Obra crítica*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1958, v.1.
- ASSIS, Machado de. *Obra completa*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1992, v.3.
- BARTHES, Roland. Estrutura da notícia. In: *Crítica e verdade*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- BRETAS, Marcos Luiz. *A guerra das ruas. Povo e polícia na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.
- BRITO, Broca. *Vida literária no Brasil – 1900*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1960.
- CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril. Cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- FREYRE, Gilberto. Reinterpretando José de Alencar. In: *Vida, forma e cor*. Rio de Janeiro: Record, 1987.
- GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e obediência. Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro - 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- LIMA, Alceu Amoroso. *Três ensaios sobre Machado de Assis*. Belo Horizonte: Paulo Bluhm, 1941.
- LIMA, Luiz Costa. A versão solar do patriarcalismo: Casa-grande & senzala. In: *A aguarrás do tempo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1989.
- LUCA, Tania Regina. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Unesp, 1999.
- MACEDO, Joaquim Manuel de. *As mulheres de mantilha*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 1956.